

LISTA DE QUESTÕES

1. FCC - Pref Recife/2019) Um ex-funcionário de um determinado município reclamou na justiça o direito de receber as férias devidas referentes ao período de um ano em que exerceu suas atividades profissionais no ente público municipal. Em 31/12/2016, o saldo da provisão referente à ação trabalhista, cujo autor era o ex-funcionário, era R\$ 3.000,00. Uma nova avaliação da ação trabalhista foi realizada somente em 31/12/2017 e, nesta data, o setor jurídico do município julgou que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para liquidar a obrigação presente pelo referido ente era provável e, em 31/12/2017, o valor de tal obrigação foi estimado confiavelmente em R\$ 3.300,00. De acordo com a NBC TSP 03, no ente público municipal, em 31/12/2017, houve

- a) a reversão de uma provisão.
- b) o reconhecimento de um passivo contingente.
- c) o desreconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa.
- d) a evidenciação de um passivo contingente.
- e) o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva.

2. VUNESP - TJ SP/2019) Sobre provisões, ativos e passivos contingentes, é correto afirmar que

- a) ativos contingentes são obrigações não reconhecidas no ativo porque satisfazem o critério da estimativa confiável acerca do valor da obrigação da entidade pública.
- b) passivos contingentes são reconhecidos no passivo porque necessitam de confirmação sobre possíveis direitos da entidade pública.
- c) provisões são reconhecidas no passivo porque são obrigações presentes, estimadas de forma confiável e cuja saída de recursos é provável.
- d) ativos contingentes são elementos reconhecidos no passivo porque sua ocorrência depende de eventos futuros incertos.
- e) passivos contingentes são reconhecidos no patrimônio líquido nos casos em que seja remota a possibilidade de saída de recursos que representem benefícios econômicos ou potencial de serviços.

3. Instituto AOC - PC ES/Área 1/2019) Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, uma provisão representa um(a)



- a) passivo de prazo ou valor incerto.
- b) passivo de prazo ou valor certo.
- c) conta retificadora (diminutiva) do ativo.
- d) passivo contingente de prazo ou valor incerto.
- e) passivo contingente de prazo ou valor certo.

4. FGV - DPE RJ/Ciências Contábeis/2019) Uma entidade pública foi acionada judicialmente por uma empresa em decorrência da interrupção de um contrato de prestação de serviços. A assessoria jurídica da entidade considera que a perda é muito provável e apresentou os seguintes cenários quanto à probabilidade do valor do desembolso:

Cenário	Desembolso estimado	Probabilidade
I	R\$ 145.000,00	20%
II	R\$ 85.000,00	30%
III	R\$ 100.000,00	50%

Nesse caso, a entidade deve reconhecer uma provisão no valor de:

- a) R\$ 85.000,00;
- b) R\$ 104.500,00;
- c) R\$ 110.000,00;
- d) R\$ 145.000,00;
- e) R\$ 330.000,00.

5. COPEVE - UFMG/Contabilidade/2019) Considere as afirmações sobre as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão:

- I. Ter a entidade uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado.
- II. Pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- III. É possível que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- IV. É provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes são necessários, para o reconhecimento de uma provisão, os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.

6. CONSULPLAN - CFC/1º Exame de Suficiência/2019) A normatização dos procedimentos contábeis relativos a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes foi elaborada com base na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC TSP 03, de 21 de outubro de 2016, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade e utilizada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição para colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento.

Segundo a NBC TPS 03 e o MCASP 8ª edição, o Passivo Contingente NÃO pode ser definido como um(a)

- a) obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- b) obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade.
- c) obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação.
- d) evento não planejado ou não esperado que não esteja totalmente sob o controle da entidade e que acarreta a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços à entidade.

7. CEBRASPE (CESPE) - TCE-PA/Ciências Contábeis/2019) A tabela a seguir apresenta informações sobre processos judiciais de uma entidade pública, nos quais a referida entidade é ré.



natureza	obrigação presente	Estimativa confiável de valor	valor (em reais)
tributária	sim	positivo	258.000
tributária	sim	negativo	120.000
trabalhista	sim	positivo	300.000
ambiental	não	positivo	80.000
ambiental	sim	positivo	55.000

O departamento jurídico dessa entidade informa ainda que é considerada provável a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

A partir da classificação desses processos, o valor da provisão que deverá ser reconhecida nas contingências pelo gestor contábil da entidade corresponde a

- a) R\$ 813.000, visto que a contingência de todas as situações é o principal fator para reconhecimento.
- b) R\$ 733.000, visto que estimativas não confiáveis não podem compor o valor de reconhecimento.
- c) R\$ 693.000, visto que valores de obrigações não presentes não podem compor o valor de reconhecimento.
- d) R\$ 613.000, visto que estimativas não confiáveis e obrigações não presentes não podem compor o valor de reconhecimento.
- e) R\$ 558.000, visto que as estimativas de natureza ambiental e as estimativas não confiáveis não podem compor o valor de reconhecimento.

8. FCC - TJ MA/Técnico em Contabilidade/2019) Em função de uma cobrança indevida, o governo detectou a necessidade de restituição de um tributo a contribuintes. Sabe-se que, caso a totalidade dos contribuintes tenha sido atingida, o desembolso previsto é de R\$ 2.500.000,00. Pela análise do sistema, os servidores públicos estimaram que 40% dos contribuintes foram indevidamente tributados e que 60% não foram afetados.

Considerando essa informação, segundo os procedimentos contábeis patrimoniais descritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a entidade

- a) não deverá estimar uma provisão, mas somente uma estimativa dos servidores públicos, uma vez que não há certeza de que o tributo foi cobrado indevidamente.
- b) deverá reconhecer uma provisão no montante de R\$ 1.500.000,00.
- c) deverá reconhecer uma provisão no montante de R\$ 2.500.000,00.
- d) não deverá estimar provisão, apenas evidenciar o fato em nota explicativa às demonstrações contábeis.
- e) deverá reconhecer uma provisão no montante de R\$ 1.000.000,00.

9. FAEPESUL - CRC SC/2019) Em relação a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando o efeito do tempo no dinheiro for material, o valor da provisão deve corresponder:

- a) Ao valor futuro dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação.
- b) Ao valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação.
- c) Ao valor registrado originalmente dos desembolsos para liquidar a obrigação.
- d) Os desembolsos para liquidar a obrigação.
- e) A variação com base no valor médio apresentado.

10. CEBRASPE (CESPE) - TCE-PB/2018) Em relação aos passivos contingentes das entidades do setor público, o procedimento contábil exigido é que eles sejam

- a) reduzidos do saldo das disponibilidades no balanço patrimonial.
- b) reconhecidos em contas patrimoniais.
- c) divulgados em notas explicativas sempre que a probabilidade de saída de recursos no futuro for considerada remota.
- d) registrados em contas de controle sempre que a probabilidade de saída de recursos no futuro for considerada provável.
- e) registrados em contas de controle e também divulgados em notas explicativas sempre que a probabilidade de saída de recursos no futuro não for considerada remota.

11. PR4 (UFRJ) - UFRJ/Contabilidade/2018) A entidade pública ao elaborar e apresentar suas demonstrações contábeis deve aplicar a NBC TSP



03 ao contabilizar as provisões, os passivos contingentes e os ativos contingentes, se:

- a) forem relacionados a tributos.
- b) sobre a renda e congêneres.
- c) decorrente de contratos de seguros.
- d) referente a provisões para descontinuidade de operações.
- e) referente a provisões de contratos a executar não onerosos.

12. FCC - DPE AM/Ciências Contábeis/(2018) Durante a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, no primeiro trimestre de 2016, um ente público verificou, em 17/03/2016, que havia sido citado como réu em um processo judicial na área tributária. Nesta mesma data, o setor jurídico do ente público julgou que existia a obrigação e a saída de recursos que incorporavam benefícios econômicos ou potencial de serviços era provável, contudo, não era possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. Em 31/12/2016, o julgamento do setor jurídico sobre o referido processo judicial continuava o mesmo. De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, nas demonstrações contábeis referentes ao exercício financeiro de 2016, o ente público

- a) evidenciou um passivo contingente em Notas Explicativas.
- b) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial.
- c) reconheceu uma variação patrimonial diminutiva na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- d) reconheceu um passivo contingente no Balanço Patrimonial.
- e) evidenciou uma variação quantitativa na situação Patrimonial Líquida.

13. FAUEL - AGEPAR/Contador/(2018) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, provisão é um passivo de prazo ou valor incerto, e que são reconhecidas como passivo, porque são obrigações presentes e é provável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja necessária para liquidar a obrigação. Com base nisso, considere as afirmativas a seguir:

I - A provisão deve ser reconhecida quando uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

II - A provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem obrigação presente, formalizada ou não, decorrente de evento passado.



III - A provisão deve ser reconhecida quando for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para que a obrigação seja liquidada.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

14. FCC - ALESE/Contabilidade/2018) Em 16/10/2017, um processo judicial foi instaurado contra determinada entidade pública, sendo que o departamento jurídico da referida entidade classificou como provável a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor de R\$ 35.000,00 foi estimado confiavelmente nesta data. Em 08/01/2018, houve a decisão judicial referente ao processo instaurado em 16/10/2017 e tal entidade pública ficou obrigada a liquidar a obrigação em 05/02/2018 pelo valor total fixado em R\$ 40.000,00. O valor estimado da obrigação, em 08/01/2018, antes da decisão judicial, continuava em R\$ 35.000,00.

Assim, em 08/01/2018, ocorreu uma variação patrimonial diminutiva no valor de, em reais,

- a) 5.000,00, sendo que em 16/10/2017 uma provisão foi reconhecida.
- b) 5.000,00, sendo que em 16/10/2017 um passivo contingente foi reconhecido.
- c) 40.000,00, sendo que em 16/10/2017 uma provisão foi reconhecida.
- d) 40.000,00, sendo que em 16/10/2017 um passivo contingente foi reconhecido.
- e) 40.000,00, sendo que em 16/10/2017 um passivo permanente foi reconhecido.

15. CONSULPLAN - CFC/2º Exame de Suficiência/2018) Uma entidade pública foi acionada na justiça por um antigo funcionário, que cobrava R\$ 20.000,00 referentes ao adicional de insalubridade não pago. Os advogados da entidade consideram que o risco de perda na justiça é possível. Assinale a alternativa que indica o tratamento contábil correto do fato de acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.



- a) Constituir provisão para contingências e evidenciar o fato em nota explicativa.
- b) Constituir provisão para contingências, mas não evidenciar o fato em nota explicativa.
- c) Não constituir provisão para contingências, mas evidenciar o fato em nota explicativa.
- d) Não constituir provisão para contingências e nem evidenciar o fato em nota explicativa.

16. CEBRASPE (CESPE) - TCE-MG/Ciências Contábeis/2018) A fim de proceder à correta elaboração de relatórios financeiros, o gestor de uma entidade pública solicitou ao departamento jurídico informações sobre a existência de eventos resultantes de obrigações presentes decorrentes de eventos passados em que as probabilidades de saída de recurso tivessem sido classificadas como prováveis e remotas. Em resposta, o gestor recebeu a seguinte tabela.

natureza do evento jurídico	saída de recurso	confiabilidade da mensuração	Valor estimado (em R\$)
trabalhista	provável	estimativas confiáveis	250.000
fiscal	provável	estimativas confiáveis	100.000
fiscal	remota	estimativas confiáveis	420.000
cível	remota	estimativas não confiáveis	230.000
ambiental	provável	estimativas não confiáveis	180.000

Considerando essas informações, o gestor deverá reconhecer e evidenciar na conta de provisões um montante igual a

- a) R\$ 770.000.
- b) R\$ 950.000.
- c) R\$ 1.180.000.
- d) R\$ 250.000.
- e) R\$ 350.000.

17. FCC - SEAD AP/2018) Uma entidade pública estadual reclamou, na justiça, o direito de receber uma multa pelo descumprimento de cláusulas de um contrato de prestação de serviços, citando a empresa contratada como ré. Em 31/12/2017, o setor jurídico da entidade pública estadual julgou que a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços era provável,



mas não certa. Anteriormente a 31/12/2017, o setor jurídico julgava que a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços não era provável de acontecer. De acordo com a NBC TSP 03, em 31/12/2017,

- a) o reconhecimento de um ativo contingente é obrigatório.
- b) o reconhecimento de um passivo contingente é obrigatório.
- c) o reconhecimento de uma provisão no ativo é obrigatório.
- d) a divulgação sobre um ativo contingente deve ocorrer.
- e) a divulgação sobre um passivo contingente deve ocorrer.

18. FCC - SEAD AP/2018) Em 31/12/2017, o setor jurídico de uma entidade pública estadual julgou que existia uma obrigação presente decorrente de riscos de um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços era provável para liquidar a obrigação. Apesar de ser possível realizar uma estimativa confiável do valor da obrigação, nenhum passivo havia sido reconhecido até 31/12/2017. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na entidade pública, em 31/12/2017, deve haver

- a) o desreconhecimento de uma provisão.
- b) o reconhecimento de um passivo contingente.
- c) o reconhecimento de uma provisão.
- d) a evidenciação de um passivo contingente.
- e) a reversão de uma variação patrimonial diminutiva.

19. QUADRIX - CODHAB/Contabilidade/2018) No que se refere aos diferentes aspectos técnicos da contabilidade pública e da elaboração de demonstrações contábeis aplicadas ao Setor Público, julgue o item que se segue.

As provisões são obrigações de natureza distinta das contas a pagar e dos passivos derivados de apropriações por competências.

20. IBFC - CM Araraquara/Controle Interno/2018) Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público – NBC TSP 03 de 2016, analise as afirmativas a seguir e verifique quais são condições obrigatórias para que uma Provisão seja reconhecida.



- I. A empresa possuir uma obrigação presente (formal ou informal) decorrente de evento passado;
- II. For provável a necessidade de saída de recursos da empresa ou potencial de serviços para liquidação dessa obrigação;
- III. Existir uma obrigação possível que possa exigir saída de recursos, mas que, provavelmente, não irá exigir esta saída.
- IV. For possível realizar uma estimativa confiável referente ao valor da obrigação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Itens I, II e III, apenas
- b) Itens II, III e IV, apenas
- c) Itens I, III e IV, apenas
- d) Itens I, II e IV, apenas
- e) Itens I, II, III e IV

21. IBFC - CM Araraquara/2018) Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 03, de outubro de 2016, refere-se a Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Dentre outras coisas, a norma determina o que deve ser divulgado pela entidade, para cada tipo/classe de provisão registrada. Analise os itens a seguir e verifique quais fazem parte desse grupo:

- I. o valor contábil no início e no final do período;
- II. provisões adicionais realizadas no período,
- III. aumentos nas provisões existentes;
- IV. valores utilizados e valores não utilizados revertidos durante o período;
- V. Informações comparativas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Itens III, IV e V
- b) Itens I, II, III e IV
- c) Itens I, II, III e V
- d) Itens II e IV
- e) Itens I e V



22. COSEAC UFF - Pref Maricá/2018) Suponha que uma entidade do governo tenha desobedecido a uma lei ambiental, mas não está claro se algum dano foi causado ao meio ambiente. Tal situação configura, em termos contábeis:

- a) a necessidade de provisão imediata.
- b) um passivo contingente.
- c) o que se denomina por passivo operacional.
- d) um fato fortuito.
- e) a necessidade de baixa contábil.

23. FGR - Pref Cab Grande/2018) Os ativos contingentes usualmente decorrem de eventos não planejados ou não esperados que não estejam totalmente sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou de potencial de serviços. Assim, há incerteza quanto ao ingresso de recursos. A partir do apresentado, é CORRETO trazer como exemplo:

- a) uma reivindicação por meio de processo judicial cujo resultado é incerto.
- b) recebimento de verba do SUS para manutenção de profissionais de unidade hospitalar municipal.
- c) receita de capital recebida pelo Município para construção de creche.
- d) processo judicial trabalhista em desfavor da entidade cujo resultado é incerto.

24. FUNDEP - CM Santa Bárbara/2018) A NBC TSP 03 dita as normas para Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Com relação a essa norma, é correto afirmar que

- a) contas a pagar são passivos relacionados a bens ou serviços que foram recebidos ou prestados, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor.
- b) ativos contingentes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, mesmo que resultem no reconhecimento de receitas que nunca virão a ser realizadas.
- c) um passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados,



e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade.

d) os riscos e incertezas que inevitavelmente estejam relacionados a eventos e circunstâncias não devem ser levados em consideração ao procurar obter a melhor estimativa da provisão.

25. FCC - TRT 11/Contabilidade/2017) Em 2016, uma entidade governamental ingressou uma ação judicial reivindicando uma indenização no valor de R\$ 1.500.000,00. Dessa forma, a contabilidade dessa entidade, no final do exercício financeiro de 2016,

- a) reconhecerá no Balanço Patrimonial um ativo contingente no valor de R\$ 1.500.000,00.
- b) registrará um passivo contingente no valor de R\$ 1.500.000,00, se a entrada de recursos for considerada provável.
- c) registrará uma receita corrente realizada no valor de R\$ 1.500.000,00, se a entrada de recursos for considerada provável.
- d) não fará nenhum tipo de registro, mesmo que a entrada de recursos seja certa.
- e) poderá registrar a transação, em contas de controle do PCASP, quando a entrada de recursos for considerada provável.

26. FGV - ALERJ/Ciências Contábeis/2017) Uma entidade pública foi acionada judicialmente em decorrência de constrangimento que um usuário alega ter sofrido por parte de um servidor da entidade. Em decorrência dos autos processuais e do julgamento de casos semelhantes, o setor jurídico considera provável que a entidade seja condenada na ação, mas ainda não tem elementos suficientes para fazer estimativas confiáveis do valor a ser desembolsado.

De acordo com as disposições do International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) 19 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e do MCASP, o tratamento a ser dado a esse fato é:

- a) reconhecer como provisão, por ser provável a saída de recursos;
- b) reconhecer como passivo contingente, por ser obrigação presente;
- c) registrar um passivo contingente em contas de controle;
- d) reconhecer como obrigações contingentes, em decorrência da incerteza;



e) não registrar o fato, por não haver informações precisas sobre o desdobramento do processo.

27. CEBRASPE (CESPE) - SEDF/Contabilidade/2017) Em relação aos mecanismos contábeis para avaliação de ativos, passivos, impostos e custos, julgue o item que se segue.

Órgão público que pretenda consignar recursos em seu orçamento para a eventualidade de condenação em processos judiciais que ainda estejam em curso deverá registrar esses recursos como passivos contingentes.

28. CONSULPLAN - TRF 2/Contadoria/2017) “O Governo Federal, ao analisar seus passivos para elaboração das demonstrações contábeis, verifica contra si uma ação judicial que pode ser classificada como uma obrigação possível, sendo improvável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos ou potencial de serviços e que seja exigida para a extinção da obrigação.” Neste caso a contabilidade pública deve:

- a) Reconhecer uma provisão, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- b) Reconhecer um passivo não circulante, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- c) Não reconhecer em contas patrimoniais, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- d) Não reconhecer em contas patrimoniais nem registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.

29. COMPERVE (UFRN) - CM Currails Novos/2017) Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos resultem, para a entidade pública, em saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. O que diferencia as provisões dos demais passivos é a incerteza quanto

- a) ao prazo ou à certeza do desembolso futuro.
- b) ao prazo ou ao valor do desembolso futuro.
- c) à exigibilidade ou à base de cálculo.
- d) à exigibilidade ou à forma de apropriação.



30. COMPERVE (UFRN) - MPE RN/Contabilidade/2017) O componente patrimonial ativo, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é um recurso controlado no presente por uma entidade como resultado de evento passado.

Dentre as diversas classificações de ativo, está a de ativo contingente, cuja existência será confirmada

- a) pelo lançamento por estimativa de um recebível, como uma receita tributária corrente ou de capital.
- b) pela entrada de recursos ou não que incorporam benefícios futuros econômicos e potenciais sob o controle da entidade.
- c) pelo reconhecimento de prazo ou de valor incerto, como a reversão de uma perda provisionada de recebíveis.
- d) pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que estão fora do controle total da entidade.



GABARITO

1. E	11.D	21.B
2. C	12.A	22.B
3. A	13.D	23.A
4. B	14.A	24.C
5. C	15.C	25.E
6. D	16.E	26.C
7. D	17.D	27.CERTO
8. E	18.C	28.C
9. B	19.CERTO	29.B
10.E	20.D	30.D

